



ENCONTROS DEMOCRATICOS

C I C L O D E D E B A T E S

BRASIL

O ajuste necessário





Encontros Democráticos são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

“Não existe programa social sem equilíbrio das contas públicas”

A afirmação acima é do ex-governador do Amazonas e especialista em contas públicas Samuel Hanan, que participou em setembro de 2017 do Encontro Democrático promovido para discutir a relação entre a política e o desenvolvimento da economia do país. Para ele, o Brasil necessita de uma mudança completa no seu sistema de tributação, que hoje pesa mais sobre os pobres do que sobre os ricos. Contudo, avisou, “isso só poderá ser feito por um governo que tenha credibilidade, no primeiro ano de mandato”.

Em sua palestra, Hanan, que foi executivo de empresas multinacionais e vice-governador do Amazonas entre 1999 e 2002, tendo ocupado o cargo de governador por mais de seis meses, afirmou que não existe a menor possibilidade de equilíbrio fiscal somente com cortes de despesas ou aumento de receita decorrente de eventual crescimento econômico. “O rombo é grande, muito grande”, disse ele. Por isso, acredita que “será indispensável um aumento de tributos sobre capital e renda, com redução simultânea da tributação sobre o consumo, de modo a gerar receita adicional da ordem de R\$ 100 bilhões ao ano”.

Para ele, contudo, o aumento de impostos só se justificará se acompanhado de um novo código ético, moral e de conduta na vida pública, com forte redução no tamanho do Estado.

Esta publicação traz a íntegra do que se discutiu naquele Encontro Democrático, em que se traçou, com números, um retrato dramático da situação do País.

Boa leitura.



SÉRGIO RONDINO: Mais uma vez estamos reunidos para um Encontro Democrático aqui no Espaço Democrático, hoje tratando do tema *Brasil - Economia versus política*. Há uma percepção dos especialistas de que a economia vem mostrando ligeira melhora, apesar da política - ou por causa da política - e nós convidamos para tratar desse assunto, e de outros relacionados à situação brasileira, o engenheiro Samuel Hanan, que é coordenador do nosso Conselho Temático de Pacto Federativo e Tributação. Ele é formado pela Universidade Federal Fluminense e foi executivo de grandes empresas. Como vice-governador do Amazonas, entre 1999 e 2002, foi titular das secretarias da Fazenda e da Indústria, Comércio e Turismo, além de governador interino por mais de seis meses. Samuel Hanan, muito obrigado pela presença. A palavra é sua.

SAMUEL HANAN: O tema dado a mim - Economia versus política - lembra aquela história do copo meio cheio e meio vazio. A política, acho que vai mal, muito mal; e a economia, na minha visão, não vai tão bem como a grande maioria acredita. Melhorou - estava muito embaixo - mas está longe ainda de ser uma melhora consistente. E é fácil ver. Eu escrevi duas folhas que vou me permitir ler antes de entrar na explanação porque é uma síntese do quadro e uma síntese do meu pensamento sobre esse quadro. É uma espécie de desabafo que coloco para reflexão. O presente trabalho, de forma despretensiosa, tem como objetivo procurar, de forma organizada, fornecer subsídios para reflexões para a mais grave crise econômica já enfrentada pelo Brasil. Na minha avaliação, é a mais grave crise - pelo menos nos meus 70 anos de idade. A crise, que já perdura quatro anos, é multifacetada e extremamente com-

REDUÇÃO DO DESEMPREGO,
MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS,
CRESCIMENTO ECONÔMICO,
SERVIÇOS ESSENCIAIS PARA A
POPULAÇÃO - SEGURANÇA, SAÚDE,
HABITAÇÃO, INFRAESTRUTURA,
NADA DISSO VAI EXISTIR SEM O
EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS.
NÃO HÁ PROJETO SOCIAL SEM O
PROJETO FISCAL ANTES”.

plexa. Estamos vivendo, ao mesmo tempo, uma crise ética, moral, política, social, econômica, da saúde, previdenciária e de segurança pública, insuportável, que torna o Brasil um dos países mais violentos do mundo. E há o esfacelamento do setor público.

Como toda crise, esta oferece uma bifurcação - vamos para o abismo ou vamos utilizá-la para buscar uma oportunidade. E na busca da oportunidade, acho que cabe a cada um de nós encontrar a trilha que leve, num primeiro momento, à repulsa total à corrupção, ao roubo mas faz, à admissão natural do crime do caixa 2, o enriquecimento ilícito, o desrespeito às leis, sinais exteriores de riqueza, fruto do enriquecimento sem causa. Então, esse é o quadro que eu vejo hoje. E nessa oportunidade temos de fazer os ajustes para mudar esse quadro. São inadiáveis e são inevitáveis. Quando? Só acredito no primeiro ano do mandato de um novo governo. Acho que ninguém faz o que é preciso fazer num governo transitório, que só tem mais um ano e meio e que herdou uma situação pelo meio. Então, temos que aproveitar um governo que venha a se instalar com a legitimidade total, no voto, no primeiro ano de mandato. Se deixar passar o primeiro ano de mandato, esqueçam. Porque aí vêm as eleições municipais e para tudo outra vez. Então, é no primeiro ano de governo.

Diante disso, vou dizer o seguinte: o reequilíbrio das contas públicas - palavra que está tão na moda, sobretudo nas previdências - é o único caminho para a retomada sustentada do crescimento econômico. Redução do desemprego, melhoria dos serviços públicos, crescimento econômico, serviços essenciais para a população - segurança, saúde, habitação, infraestrutura, nada disso vai existir sem o equilíbrio das



Um país que não sabe equilibrar suas contas não tem condições de enfrentar de verdade a pobreza

contas públicas. Não há projeto social sem o projeto fiscal antes. Se não houver equilíbrio fiscal, não tem projeto social, a não ser na televisão, em campanha eleitoral. Então, passa necessariamente pelo equilíbrio das contas públicas, principalmente quando vemos que a dívida está chegando perto dos 80% do PIB. Estamos já perto do estado de metástase. Então, não dá mais para tratar o doente com aspirina. Requer intervenção. E se requer intervenção, requer legitimidade para fazer essa intervenção.

Dentro desse ângulo, não vejo a menor possibilidade de buscar o equilíbrio fiscal, o equilíbrio das contas públicas, sem aumento de tributos. Na minha opinião, já se perdeu muito

tempo. Se tivéssemos tido a legitimidade e a coragem de fazer os aumentos de tributos necessários e indispensáveis no sentido de buscar o equilíbrio das contas públicas... Perdemos dois anos. Por que eu digo isso? Ninguém pode acreditar que um déficit público primário de R\$ 159 bilhões pode ser estancado com medidas homeopáticas, de corte aqui, corte ali. Não vai acontecer nada. Então, R\$ 159 bilhões de déficit primário, se somados a mais R\$ 400 bilhões de custos de juros da dívida, para rolar a dívida, estamos falando de R\$ 550 bilhões de déficit todos os anos. Então, a nossa dívida cresce, todos os anos, R\$ 550 bilhões. E R\$ 550 bilhões num País que tem um PIB de

R\$ 6,4 trilhões, estamos falando de 8%. Todos os anos a nossa dívida cresce 8%. Como é que vamos sair disso sem tributo novo? Não sai.

Nesse contexto, temos de passar por um aumento de tributos e mudar por completo o sistema de tributação no Brasil. E o que significa isso? Hoje, no Brasil, o pobre paga mais imposto que o rico. A tributação é regressiva, e não progressiva. O que se tributa é o consumo - não se tributa capital, não se tributa renda. Então, não adianta achar que vai sair aumentando tributo - aumenta aqui e aumenta ali - sem mexer na estrutura tributária do País, de forma que se tenha um aumento de receita expressivo. Estamos num buraco de R\$ 159 bilhões primários. Não vai fechar com mais R\$ 10 bilhões. Vamos dar um exemplo. Se o PIB crescer, no ano que vem, de forma otimista, 3%, sobre R\$ 6,5 trilhões teremos quase R\$ 200 bilhões de crescimento. E R\$ 200 bilhões de crescimento do PIB, com uma carga tributária de 25%, dá R\$ 50 bilhões. Não vai fechar os R\$ 159 bilhões e nem os R\$ 550 bilhões de todos os anos. Então, não dá para achar que vai fechar a conta com o crescimento da economia. Só vai fechar se tivermos uma nova estrutura tributária e novo aumento de carga tributária, obviamente mudando a fórmula. Tem que tributar menos o consumo e mais a renda, o capital. Tem que passar por isso.

E aqui coloco o meu lamento. Aumento de tributo ninguém quer nem ouvir falar, até porque só se justifica se houvesse um novo código de ética, de moral, de conduta, que levasse as pessoas a acreditarem que esse aumento seria uma forma de patinar para crescer. Aqui entra um pensamento que eu gostaria de ver aplicado ao Brasil de hoje. Carlos Lacerda foi governador do Rio de Janeiro em 1960. Ele cunhou esta frase, numa crise, na época de

Getúlio Vargas: "O Brasil é um país honesto governado por corruptos e ladrões". Então, não há como sair desta se não houver uma mudança na conduta ética e moral para valer, profunda. E aí é possível que o povo aceite o aumento de tributo, sabendo que o dinheiro vai voltar, vai ser bem gerenciado. Porque, indo ao extremo, eu vejo o seguinte: as pessoas pagam imposto à beça. Nós temos uma arrecadação gigantesca comparada com outros países do mundo. E não temos educação, saúde, segurança pública, infraestrutura... Não temos nada. Hoje, se você for num hospital público, verá gente no chão, na maca. Não tem remédio, não tem cilindro de oxigênio. Uma consulta especializada leva de quatro a cinco meses para ser agendada. Eu até me atrevo a dizer, me permitam o desafo, que estamos cometendo uma espécie de genocídio, matando gente no atacado por falta de serviços básicos, por falta de saúde.

Com esse quadro, eu separei alguns números. Vejam como o Brasil se deteriorou rapidamente. O déficit público primário, isto é, receita menos despesa: em 2006 estávamos tão organizados que tivemos um superávit. Em 2010, superávit de R\$ 100 bilhões. Em 2014 começou a desandar. Tivemos eleição, reeleição. Déficit de R\$ 115 bilhões, R\$ 150 bilhões e hoje estamos com um rombo de R\$ 159 bilhões. E fala-se, fala-se, fala-se. Todo ano é a mesma coisa. Ou seja, não estamos melhorando em nada. Em termos de despesa versus receita não há melhora nenhuma. Zero. O segundo lado é o efetivo, que é o verdadeiro déficit. Aliás, déficit primário é uma invenção de economista brasileiro, porque não tem em nenhum outro lugar do mundo. O que existe é o déficit final. O nosso déficit final, somados os juros, é de R\$ 550 bilhões. Todos os anos se arrecada muito dinheiro e gasta-se R\$ 550 bilhões a mais do

que se arrecada. E não temos nada, serviço nenhum. Para onde vai o dinheiro? Não é só corrupção, não é só roubo. É desperdício, má gestão. É o cachorro correndo atrás do próprio rabo. Dá a volta e começa a correr atrás do próprio rabo.

Vamos falar sobre a explosão da dívida. Estávamos em 55% do PIB muito recentemente e agora já bate em 80% do PIB. Sem fazer investimento nenhum. Ou seja, estamos jogando dinheiro na lata do lixo. Esse é o quadro. E não é o governo federal. É o governo federal, os governos estaduais e os governos municipais, os três entes federativos.

E a economia? O crescimento do PIB, em 2014, foi praticamente zero; em 2015 e 2016, recessão profunda. Em 2017, começa a melhorar, com um crescimento de 0,8%, muito baixo, principalmente depois de dois anos brutais. Vamos converter em dólar e fazer per capita. O nosso PIB per capita, em 2014, era de 12.100 dólares. Em 2017 vai fechar com algo em torno de 8.930 dólares. É uma queda de 26%. Esse é o tamanho do empobrecimento de cada brasileiro, o retrato do empobrecimento. E disso vem o horror social, o maior flagelo, que é o desemprego. Doze milhões de pessoas. Então, temos uma coisa arrastando a outra, arrastando a política, arrastando tudo. Vejam a Previdência Social. Em 1994, quando Fernando Henrique Cardoso iniciou o seu governo, o déficit da Previdência era de 0,10% do PIB. Ele deixou o governo, oito anos depois, com 1,30% do PIB, 13 vezes mais. Veio o Lula, entregou mais baixo: a economia cresceu mais rápido, pleno emprego, deu 1,14%. Deixou para Dilma, que depois deixou para o Temer: 2,30%, R\$ 150 bilhões. E vai bater em R\$ 185 bilhões, o que é um crescimento exponencial.

E só se fala da Previdência privada, ninguém fala do servidor público. O tamanho do buraco da previdência do servidor público, que é uma espécie de privilegiado na aposentadoria, já bate em R\$ 133 bilhões, sendo R\$ 80 bilhões do governo federal. São 3 milhões, 4 milhões de pessoas que custam R\$ 133 bilhões. E vai crescer. As aposentadorias do Poder Legislativo são, em média, de R\$ 29 mil; no Poder Judiciário, R\$ 22 mil; no Poder Executivo, os militares, que ganham mais que os civis, R\$ 9.700; no Executivo, civis, R\$ 7.600; nós, mortais, R\$ 1.300. Eu me incluo aí porque sou aposentado pelo INSS com 52 anos de trabalho e de contribuição. A minha é mais do que isso, são R\$ 3 mil e pouco.

A tributação, no Brasil, está causando um dano gigantesco na economia. Eu fico horrorizado quando alguém fala: "Vamos fazer uma reforma tributária". Tenho horror dessa expressão. Isso é uma enganação. Reforma tributária é sinônimo para aumento de tributo. Por quê? Só se senta à mesa quem se interessa pelo aumento. Só se senta à mesa governador, o prefeito. Ninguém quer correr o risco de perder. E isso significa aumento de tributo. Quando, na verdade, o Brasil precisa de uma reforma fiscal. O Brasil precisa de uma reforma institucional, uma reforma federativa, um pacto federativo. Somos um país pobre. Por que precisamos ter Ministério da Educação, Secretaria Estadual da Educação e Secretaria Municipal da Educação? Três níveis. Saúde, a mesma coisa. Segurança, a mesma coisa. Tem delegacia de tudo quanto é Estado. Delegacia da educação de cada Estado, de cada município. Nós precisamos definir: educação é da União? É dos Estados? Acaba o resto. E vai poupar um monte de dinheiro, de gastos que não servem para nada. A atividade-meio está comendo o dinheiro da atividade-

E SÓ SE FALA DA PREVIDÊNCIA PRIVADA, NINGUÉM FALA DO SERVIDOR PÚBLICO. O TAMANHO DO BURACO DA PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO, QUE É UMA ESPÉCIE DE PRIVILEGIADO NA APOSENTADORIA, JÁ BATE EM R\$ 133 BILHÕES, SENDO R\$ 80 BILHÕES DO GOVERNO FEDERAL. SÃO 3 MILHÕES, 4 MILHÕES DE PESSOAS QUE CUSTAM R\$ 133 BILHÕES".

fim. E se nós não reduzirmos a atividade-meio, não vamos chegar à atividade-fim provendo educação, provendo segurança e infraestrutura de qualidade.

E aí passamos por esse horror que é a tributação. Ela é regressiva: quem ganha menos paga mais e quem ganha mais paga menos. Precisamos tributar a renda. Vou dar o exemplo. Vejam essa comparação, que não deixa nenhuma margem a nenhuma discussão: no Brasil, 44% da receita pública total, dos três entes federativos, vem de imposto de consumo. A tributação sobre o consumo - vassoura, macarrão, detergente, água sanitária - no Brasil é de 44%. E a tributação sobre a renda é de 21%. Nos Estados Unidos, a tributação sobre o consumo é de 18% e sobre a renda de 44%. É o inverso. E assim é nos países de melhor qualidade. Estamos tributando consumo e não tributamos capital nem renda. Isso é o que chamamos de tributação regressiva: quem compra uma vassoura paga imposto e quem tem o dinheiro aplicado em rendimentos isentos e não-tributáveis, como fundo imobiliário e fundo de letra imobiliária, não paga nada. Então, quanto maior a renda da pessoa, menor a taxa efetiva de imposto. É dado oficial da Receita Federal: os mais ricos - as 71.440 pessoas mais ricas do Brasil, para efeito de declaração de Imposto de Renda - pagaram uma alíquota média sobre a sua renda de 6%, enquanto um trabalhador que ganha R\$ 4 mil ou R\$ 5 mil por mês paga 27,5% na fonte. O rico, que ganha mais de R\$ 150 mil por mês líquido, por ter rendimento isento, não tributável, paga 6%. Dados da Receita Federal. Para vocês olharem o tamanho da parafernália fiscal, vejam nesta tabela a quantidade de imposto em cada produto.



SÉRGIO RONDINO: Vou ler para vocês:

açúcar, 40%;
 óleo de soja, 37%;
 margarina, 37%;
 molho de tomate, 36%;
 café, 36%;
 carne bovina, 18,63%;
 ovos, 21,79%;
 gasolina, 57%;
 telefonia, 47%;
 luz e energia, 45%;
 álcool, 43,28%;
 cigarros, 81%;
 esponja de aço, 44%;
 detergente, 40%;
 água sanitária, 36%;
 xampu, 52%;
 desodorante, 47%;
 sabonete e creme dental, 40%.
 No material escolar:
 caneta 48%;
 borracha, 44%;
 lápis, 36%;
 livros, 13%...

SAMUEL HANAN: Vá para casa popular...

SÉRGIO RONDINO: Casa popular, 49%;
 móveis, 37%;
 mensalidade escolar, 37%.
 Vejam o material de construção:
 tijolo, 45%;
 telha, 34%;
 tinta 34%.

SAMUEL HANAN: Na casa popular, os impostos todos somados chegam à metade do valor. E, além disso, cada um de nós paga o seu Imposto de Renda, o seu IPVA, o seu IPTU, a escola do filho, o plano de saúde, a sua segurança. Pagamos tudo isso porque não temos. Isso tudo é carga tributária. Então este é o caos tributário do Brasil, enquanto rendimento de dividendos é zero. Um banco, por exemplo, paga zero de dividendos aos seus acionistas. Juro sobre capital próprio, também não tem imposto. Em letras imobiliárias, letras agrícolas, fundos imobiliários, também zero. É mais fácil cobrar o consumo porque ninguém sabe o que está pagando. Nós, no PSD, estamos muito à vontade para falar nisso porque propusemos uma lei que obriga a colocar o valor do imposto no cartaz em que está o preço do produto. E não conseguimos. Conseguimos a inclusão do imposto na nota fiscal, sobre o valor total da nota. Isso pode deixar explícito para o consumidor o tamanho desse Estado ineficiente que nós temos. Então, esse é o quadro econômico em que estamos.

SÉRGIO RONDINO: E aí vem a pergunta: que fazer?

SAMUEL HANAN: E aí vem o lado da política. Não tem solução se não passar pelo lado moral, ético, que é reduzir o tamanho do Es-



tado. O Estado é muito grande, é um gigante desnecessário e ineficiente, incontrolável e ingovernável. Hoje, 42% da receita pública são destinados exclusivamente para pagar servidor público. Então, se você arrecada 100 reais, 42 vão para os servidores públicos, que representam 5% da população. 42% de tudo o que se arrecada vão para 5% da população. Esse Estado tem que diminuir.

O segundo problema, que quase ninguém fala, é o das renúncias fiscais. O Estado faz bondades sem poder. A Previdência, que todo mundo diz que está quebrada, tem R\$ 60 bilhões por ano que o governo abriu mão de receber. Entidades filantrópicas não pagam e uma série de outras entidades também não. R\$ 60 bilhões por ano. Na área fiscal, favores são feitos. Aqui é a casa do Supersimples e eu sou favorável a ele, mas não do tamanho que está: R\$ 80 bilhões por ano é o tamanho da renúncia, porque abriram muito. A ideia é boa, mas tem que ser revista. Juntando o Supersimples ao resto, são 280 bilhões por ano de renúncia. O nosso buraco é de R\$ 150 bilhões. E o governo abre mão de R\$ 280 bilhões.

E os principais componentes são: rendimento isento, não tributável, R\$ 23 bilhões ao ano; letras imobiliárias, R\$ 22 bilhões a R\$ 24 bilhões ao ano; Supersimples, R\$ 80 bilhões por ano; indústria de informática - que não gerou tecnologia de nada - R\$ 6 bilhões por ano. O Brasil tem a Lei da Informática há mais de 20, 30 anos, e não temos uma fábrica de chip no Brasil, só fábrica de plástico e cabo, todo o resto vem importado e se dá essa renúncia anual. Então, tem R\$ 280 bilhões nisso. Se somarmos R\$ 280 bilhões com R\$ 70 bilhões da Previdência, dá R\$ 340 bilhões. E o nosso buraco é de R\$ 150 bilhões. Então, ou se mexe nisso, ou não vamos para lugar nenhum. Não tem como ir a lugar nenhum a não ser assim: tributar Imposto de Renda com uma alíquota maior. Tem que ter uma alíquota maior de Imposto de Renda para pessoa física e pessoa jurídica. Um comerciante que ganha R\$ 100 mil, R\$ 500 mil ou R\$ 1 milhão por ano não pode pagar igual a quem ganha R\$ 30 milhões ou R\$ 40 milhões por ano. Tem que ter a alíquota progressiva. Tem que tributar capital, tributar renda e reduzir tributo sobre consumo. Tem que ser simultâneo. Se for reduzido o imposto sobre o

consumo, a população terá uma qualidade de vida infinitamente melhor.

Só para ver como se faz benesses de toda ordem: agora mesmo, em agosto de 2017, o Congresso aprovou a lei complementar número 160, a chamada Lei da Guerra Fiscal. Os Estados deram ICMS para todo mundo. “Indústria de automóvel, eu estou na Bahia, vem para cá que eu te dou ICMS, você não paga ICMS”. Aí o outro Estado: “Ah, vem para cá porque a fábrica de trator também não paga ICMS”. Então, foram fazendo isso tudo ao arrepio da lei. A Constituição veda expressamente a concessão de benefícios fiscais por parte dos governos estaduais sem a aprovação unânime do Confaz, o Conselho de Política Fazendária. O Supremo Tribunal Federal já julgou diversos em plenário. Mesmo assim fizeram e fazem. E serviu até para propina. “Eu te dou incentivo aqui, você não paga o ICMS e dá o meu também”. Tem governador preso porque deu isenção para fábrica de pneu e recebeu propina.

Fizeram isso, quebraram os Estados e foram à União pedir socorro para negociar a dívida – “Socorro, papai, me dê dinheiro que estou quebrado”. E o governo federal: “Dou dinheiro e autorizo uma nova lei, que te dá mais 15 anos. Essa lei complementar dá mais 15 anos”. Se ninguém pode dar, não tem por que todo mundo dar. Ninguém pode dar, acabou. Todo mundo tem que pagar. Já foi dado, desrespeitado, é ilegal, tudo bem. Legaliza isso, ou dá mais um ano ou dois e acabou. Mas dão mais 15? E é para tudo, para coisa supérflua, e não se dá isenção para o medicamento, para o arroz. Isso tem que parar. Revogar essa lei. Essa lei é responsável por centenas de milhões de reais por ano. O governo do Rio de Janeiro acabou de pegar R\$ 30 bilhões do governo federal porque deu isso. E daí? Ficou por isso mesmo.

E a Constituição ainda prevê prisão para quem deu. É ilegal. Prorrogaram por mais 15 anos e vão continuar dando por mais 15 anos. Um horror. E todo mundo quebrado.

E para fechar meus dados: é necessário cobrar imposto dos grandes devedores. Ninguém cobra imposto de grande devedor. Hoje se deve bilhões e bilhões, trilhão. Vou ler para vocês a lista dos maiores devedores de PIS e Cofins do Brasil – sem cobrança. As maiores empresas devem R\$ 545 bilhões. Vou dar o nome de algumas. Eu posso dar porque está no site da Receita. Algumas quebraram, não têm como pagar – Varig era a primeira. Vamos lá: Eletropaulo deve R\$2,240 bilhões; Itaucard, R\$ 1,5 bilhão; Unimed, R\$ 1,4 bilhão; Paes Mendonça Supermercados, R\$ 1,2 bilhão; Pão de Açúcar, Casas Bahia, R\$ 1,7 bilhão; Ambev – está quebrada, né? – R\$ 912 milhões; Wall Mart, R\$ 700 milhões; J.P. Morgan, R\$ 800 milhões. Como é que esse pessoal deve PIS e Cofins? Eles não pagam, são autuados, faz-se um recurso. É barato fazer o recurso, porque tem tanta instância para recorrer que compensa aplicar o dinheiro. Aplico e depois vou pagar. E depois não paga. Eu não pago, espero vir o Refis. Vem o Refis e tenho 90% de perdão dos juros, 70% de perdão da multa, 25% dos encargos. Vou pagar um terço ou um quarto do que devia. Ganhei dinheiro à custa do Estado. Isso, os grandes. Agora deva você para ver se não aparece um oficial de Justiça na sua casa e te executa rapidamente. Então, esse é o quadro final da parte fiscal.

E quando fazer essas mudanças todas? No primeiro ano de mandato. Acho que essas verdades têm que estar na mídia, na agenda da campanha eleitoral. E se não estiver na agenda da campanha eleitoral que tem que cobrar tributo, tem que cobrar renda, vai soar como

estelionato eleitoral... Vai esconder e na hora vai ter que fazer. Então, se for para a campanha com essa clareza legítima, acho até que pode produzir resultados satisfatórios para todo mundo, mostrando a necessidade.

Eu quero fechar minha fala com uma frase, um pensamento, um ensinamento de 2067 anos. Vou ler aqui. Quem disse isso? Marco Túlio Cícero, senador romano, 55 anos antes de Cristo. “O orçamento deve ser equilibrado. O Tesouro Público deve ser reposto. A dívida pública deve ser reduzida. A arrogância dos funcionários públicos deve ser moderada e controlada. A ajuda a outros países deve ser eliminada, de modo que Roma não venha à falência. As pessoas devem, novamente, aprender a trabalhar em vez de viver à custa do Estado”. Esta é a verdade de hoje.

SÉRGIO RONDINO: O economista Roberto Macedo quer fazer algumas observações.



ROBERTO MACEDO: É um prazer estar aqui com o Samuel. Ele tem vivência, conhece essas coisas a fundo e vem com exemplos que são muito interessantes. Os acadêmicos às vezes se esquecem de que é preciso convencer as pessoas mostrando como a coisa funciona. Acho que isso é muito didático, deveria ser mais utilizado. Eu me assustei no início da sua palestra,

quando você falou que sem aumentar carga tributária não tem solução. Aí eu fiquei com um pé atrás. Mas depois você foi para a parte fiscal, aí é outra história. Você fala também dos gastos. E aqui eu vou dar alguns exemplos que utilizo nas minhas pregações. Aquela comparação que você fez entre os Estados Unidos e o Brasil é muito interessante. Porque você vai no Aeroporto de Guarulhos e vê o pessoal pagar excesso de bagagem porque vem com aquele monte de malas cheias. Porque um brasileiro que vai para Miami está no que eu chamo de ótimo tributário. Aqui ele paga pouco Imposto de Renda e lá o imposto que incide sobre as tralhas que ele compra também é pequeno, percebeu? Essa é uma das razões pelas quais todo mundo acha as coisas lá baratas. Porque não tem incidência. Tenho uma filha que mora lá. E lá tem um imposto que é muito caro, que é o imposto sobre propriedade e a herança. Eu morei lá. Você pega, por exemplo, uma prefeitura nos Estados Unidos. A polícia é com ela. A educação, até o fundamental, é com ela também. Então, cobram uma carga tributária alta. Esse imposto sobre propriedade é tão alto que às vezes o sujeito não cobra do inquilino, porque ele já paga o aluguel. Tem gente que não aluga um apartamento lá porque não consegue pagar o imposto. É pesado.

SAMUEL HANAN: O imposto é do proprietário, não pode entrar no contrato do inquilino. Não pode cobrar.

SÉRGIO RONDINO: Nem condomínio. Não pode cobrar nada.

ROBERTO MACEDO: Outra coisa que existe no Brasil é que este setor de RH do governo – especialmente o federal – é uma bagunça. O

governo é a maior instituição do País. Se fosse uma empresa, seria a maior empresa do País de longe. Mas qual é o setor de RH do governo aqui? É uma tremenda bagunça. Eu tive curiosidade sobre o salário inicial de um juiz. Sabe onde fui achar? No *Correio Brasiliense*. Em Brasília é tão importante que o jornal tem uma seção de concursos. Vai ter um concurso na 5ª vara de não sei o quê: R\$ 27 mil de salário inicial, com apenas três anos de experiência. Quer dizer, você termina a faculdade de Direito aqui no Largo São Francisco com 22 anos, chega aos 25, 26 anos e passa num concurso desses. Vai ganhar R\$ 27 mil. Tinha que ser um negócio melhor: R\$ 10 mil já estava muito bom para começar. Não pode isso. Onde você arruma um emprego de R\$ 27 mil? Eu conheço alunos de faculdade. Vão para o mercado financeiro, que hoje paga melhor, e os salários são entre R\$ 5 mil e R\$ 10 mil e olha lá. É um desatino.

Agora, isso não se limita ao governo federal. Há um negócio que eu gosto de chamar a atenção porque aqui em São Paulo é muito claro. Não sou muito popular na USP porque defendo, em lugar do ensino gratuito - que não é gratuito coisa nenhuma -, o estudante pago. Porque o pobre que quiser estudar Engenharia ou Medicina tem que sustentar a família, ele precisa ser pago para estudar. E foi assim que eu fiz o doutorado nos Estados Unidos, eles me pagaram para estudar. Vá numa escola de Medicina ou Engenharia, que exige sistema integral: não tem pobre lá dentro, porque o cara tem que trabalhar. E aqui, se você tem um mendigo que ganhou uma esmola, se ele vai na padaria ou no supermercado comprar alguma coisa, está pagando ICMS. E a USP é sustentada pelo ICMS. Aqui é muito claro: você pagou, está ajudando a sustentar aqueles meninos ricos lá da USP. Na USP, se você observar os carros no estacionamento...

SAMUEL HANAN: Havia um deputado pelo Rio, que se elegeu muito anos só por isso: Amaral Neto. Ele se elegia só fotografando o estacionamento das universidades públicas. Ele dizia: "Olha aí, isso tudo é universidade pública, tudo carro do último tipo". É ilusão achar que um aluno da universidade pública está estudando de graça. Ele está estudando e é pago. Ele não paga. Quem paga, muitas vezes, é aquele mendigo, o cara do posto, o estivador, eles estão pagando para ele estudar lá. Não tem estudo de graça.

ROBERTO MACEDO: Temos que aprender com os outros. A Universidade de Harvard não é particular, tem quase 400 anos. Começou como um seminário protestante e hoje eles têm muitos recursos, recebem muitas heranças, tem um portfólio de ações imenso. Há uns dois anos eles tomaram a decisão: nós garantimos a anuidade e damos mensalidade a todo estudante que for admitido e não tiver recursos. Quer dizer, não tem esse problema, porque lá o estudo é tempo integral. Mas terminando, há uma coisa que todo mundo fala - você mesmo disse que no Brasil a carga tributária é muito alta, mas os serviços públicos são uma droga -, aquilo que o Delfim Netto chamou de "Ingana", a carga tributária da Inglaterra e os serviços públicos de Gana. Esse raciocínio está errado. Porque quando se cobra a mesma carga tributária na Inglaterra, em termos porcentuais sobre o PIB, tem que lembrar que na Inglaterra a renda média per capita é de 40 mil dólares, em números redondos, e aqui no Brasil é de 10 mil dólares. Em termos per capita, o dinheiro que se levanta com essa carga não dá para oferecer o serviço público da Inglaterra no Brasil. Temos que baixar um pouco a expectativa. O país é pobre, na média a população é pobre, e mesmo

com toda essa carga tributária, não dá. Agora, passando aqui para "O que fazer?", acho que o Estado não se credencia para pedir aumento de imposto por causa de todas essas mutretas que se vê aí. Teria que fazer como fez até no caso da Previdência, propôs cortar coisas. Mas tem que fazer todo esse caminho. Você relacionou o "como fazer" e fica uma pergunta. Se você for pelo lado fiscal, atacando as despesas e toda essa podridão que tem aí, vai levantar uma oposição brutal, como já aconteceu no caso da Previdência, até impedindo a aprovação dela nas circunstâncias atuais. Enfrentar isso é muito difícil. Como se faz?

SAMUEL HANAN: O primeiro ano de um mandato é muito forte. Ele faz. Agora, a reação contra a reforma na Previdência, na minha opinião, se dá por causa do privilégio. Se a reforma da Previdência é essa aqui para todo mundo, ninguém está fora disso, passa. Agora, servidor público, não, polícia não, tal setor não... Se há privilégio, é difícil você convencer alguém.

SÉRGIO RONDINO: Um acréscimo rápido. O que você está propondo é que todas essas questões, totalmente impopulares - aumento dos impostos, reforma da Previdência -, têm que constar das temáticas das campanhas eleitorais. O problema é prático: quem vai se eleger propondo aumento de imposto, reforma da Previdência?

SAMUEL HANAN: Vai quem disser: o seu imposto sobre o feijão, o arroz, a vassoura, a água sanitária, vai baixar. Agora, o imposto de quem ganha mais de R\$ 1 bilhão por ano vai ser este ou aquele, não vai ter mais renúncia fiscal para dar favores para a indústria automobilística,

não vai ter para isso, não vai ter para aquilo, começa a criar um clima. Não é fácil.

ROBERTO MACEDO: Vai quebrar.

SAMUEL HANAN: Vai quebrar, é irreversível.



LUIZ ALBERTO MACHADO: É exatamente isso. Há um artigo, se não me engano do Eduardo Gianetti - A economia política do ciclo eleitoral - no qual ele defende exatamente isto. Você tem que fazer isto quando tem capital político. Quando você tem capital político? Logo depois da eleição. Até quem votou contra, em um primeiro momento, dá um certo crédito. O caso da Dilma na última eleição, é raro. Ela já ganhou sem capital político. Mas normalmente o cara entra com capital político. Se não fizer no primeiro ano, a tendência é não fazer mais. É difícil. Porque, se não colocar na pauta da sua campanha, se não fizer um trabalho de comunicação extraordinariamente bem feito, está dando um tiro no pé. Se não apontarmos a necessidade disso, não estamos cumprindo o nosso papel. Agora, que é complicado, é.

SAMUEL HANAN: Sobre previdência, estou muito à vontade para falar. Por lei, eu teria direito a uma aposentadoria de R\$ 30 mil por mês como governador. Não quis.

Porque eu escrevi que sou contra. E eu não podia ser contra o que eu escrevi. Eu até tentei receber, se eles pagassem direto, para uma instituição de caridade, que era a APAE. Nunca permitiram. A lei não permite. Eu tenho que receber e pagar. Então, não quero esse dinheiro no meu bolso. Minha consciência permite que eu fale.

ROBERTO MACEDO: Se não corrigir essas injustiças, não passa o resto.

SAMUEL HANAN: Há um ponto relevante: a arrecadação no Brasil está mais baixa, caiu. Não é só a recessão. Ela vem como fruto da economia global. A recessão profunda alterou a economia. Aqui entra um pouco do economês: a elasticidade. Aumento de arrecadação versus o aumento do PIB, mudou. Quando o PIB cai em certo percentual, a arrecadação cai mais do que esse percentual. Quando o PIB cresce além de um percentual, a arrecadação tende a crescer mais do que aquele percentual. Mas por que alterou? A recessão profunda levou à mudança. Isso não foi percebido pela sociedade. Por exemplo, uma pessoa era empregada, tinha um salário de R\$ 30 mil reais. Então, o custo dessa pessoa no emprego era de R\$ 15 mil de tributos e encargos. Foi para o Simples e o custo caiu para 5,5%. O que se arrecadava de imposto era R\$ 15 mil, agora se arrecada R\$ 5,5 mil. Isso é uma perda definitiva da arrecadação tributária. Então, uma série de fatores que aconteceram na economia como fruto da recessão continuada e profunda vai aumentar a necessidade de aumento de tributos. Vai mudar mesmo. Em 2010, tínhamos 1 milhão de pessoas que viviam de rendimento individual. Hoje são 2,3 milhões. Fruto da recessão. Fruto do imposto. Tem mil coisas que estão aí no jogo.

ROBERTO MACEDO: Netflix vai ser tributado.

SAMUEL HANAN: Dados não tem imposto. Voz tem imposto de 30% a 40%. Foi para o Whatsapp, o Facebook. Acabou essa receita. Isso vai ter um impacto gigantesco na receita dos Estados. Vai mudar.



RUBENS FIGUEIREDO: Primeiro, parabéns pela sua apresentação. Eu conheço seu trabalho, suas ideias. Minha preocupação é se não estamos sendo românticos com essa ideia de reforma tributária. Eu lembro que faz mais de 25 anos... Assim como tivemos uma discussão longa sobre a Previdência, já tivemos alguns ajustes com o Fernando Henrique, agora estão tentando fazer outros. Reforma política também não sai. É muito provável que uma reforma tributária definitiva e tão abrangente assim também não saia, é muito difícil. Mesmo com um presidente forte no primeiro ano. No livro do Fernando Henrique, ele mostra que com todo o poder que ele tinha quando entrou - estabilizou a moeda, acabou com a inflação - não conseguiu fazer 10% do que ele achava que era necessário. É possível fazer aperfeiçoamentos ao longo do tempo? E se isso for possível, quais mudanças você acha prioritárias, não numa reforma definitiva, mas num aperfeiçoamento ao longo desse tempo.

SAMUEL HANAN: Eu acho que é possível e não é complexo. Tendo capital político e vontade de fazer, não é tão difícil. Primeiro, vou dar um exemplo: essa reforma tributária que está sendo discutida aí não deveria nem prosperar. Você imagina juntar ICMS, IPI, PIS, Cofins em um imposto chamado Imposto sobre Valor Agregado ou Imposto sobre Valor Adicionado. Soma essas alíquotas hoje. Quanto vai dar? Uma alíquota de 40% ou 50%? Quanto vai valer um fiscal de tributação? Quanto vai crescer a sonegação? Isso vai ser um estímulo à sonegação. Só fala isso quem nunca viveu. Isso não pode prosperar. Você acha que um governador vai abrir mão da sua receita e dar para o governo federal administrar e depois te dar? Não vai.

Então, por que perder tempo com esse negócio de reforma tributária? Agora, como corrigir? Você vê dificuldade em tributar letras imobiliárias? Não. Você não tributa o CDB? É tributar igual. Letra agrícola você não tributa? Isso dá 25% a 30% em cada uma delas. Por que tem que ser isento? Agora se cria fundo. Aí a lei diz o seguinte: você forma um fundo imobiliário sabe como? 50 cotistas, ninguém pode ter mais do que 9,9999%. Nesse momento, você tem um fundo imobiliário que é isento. Você ganhou 15% de rendimento, não paga. O que acontece? Pai, mãe, filho e Espírito Santo, tudo vai fazer parte dos 50 cotistas. Então, eu dou uma cota para cada empregado meu e emprego na família os 9,9999% de cada um, nos CPFs deles. É difícil acabar com isso, essa imoralidade? Não. Em troca disso, você ganha apoio popular quando tira o imposto do detergente, do sabão, do arroz, do açúcar. E veja se não vai crescer numa campanha eleitoral. Vai, tem ângulo para isso. Eu acredito que é viável. Só não sei se vai ser feito.



ALEXANDRE GUEDES: Eu quero colocar em discussão duas ideias. Primeiro, quando o senhor levantou aquele pensamento de mais de 2 mil anos atrás, destacou que temos que trabalhar. Só que quando você vai nas faculdades, nas universidades, e pega uma qualquer, como a de Osasco, tem lá mais de 5 mil alunos. Depois você vai na UNIP e tem lá mais 7 mil. Eles estão estudando. Podem ter lá os seus carrões, mas estão estudando e esperam o quê? Trabalho. Eles se formam e não têm trabalho. Então, temos um celeiro de pessoas que serão bacharéis em alguma coisa e nenhum estudo criterioso de quantos engenheiros precisamos, de quantos bacharéis de Direito precisamos. Formamos um monte de gente para nada. Nós somos um dos poucos países que nos autodeclarámos para pagar Imposto de Renda e somos um dos únicos que sonegamos claramente isso. Eu mexo com o Sistema Financeiro da Habitação, e o que a maioria faz é não comprovar renda, porque o cara ganha e não declara. Ele não declara porque não tem confiança no governo. Será que esses dois pontos não poderiam ser melhor trabalhados? Porque estamos formando pessoas para nada e estamos recolhendo e pedindo para as pessoas declararem imposto que a gente já sabe que não é real. A gente poderia trabalhar de uma forma mais inteligente, criar a obrigatoriedade de todo mundo, quando for comprar algo, declarar o seu CPF. E o governo, dentro do seu expertise, cobra o imposto sobre o que você gastou. Pronto, acabou.

SAMUEL HANAN: A lei tem instrumentos que permitem cobrar isso. Tem uma lei fiscal que não é aplicada há anos, dezenas de anos, chamada Sinal Exterior de Riqueza. O cara que ganha R\$ 5 mil tem iate, viaja para a Suíça. O sujeito pode ser preso por sinais exteriores de riqueza. Não se faz, não se quer fazer. Olha, se tem uma coisa moderna no Brasil é a Receita Federal. O cruzamento de dados é brutal, você não tem ideia. Mas vou fazer aqui uma inconfidência terrível: às vezes o secretário de Fazenda deixa de cobrar porque o custo social seria maior. Se fechar essas lojinhas na rua, o desemprego é pior que o ICMS que deixa de entrar, porque reflete na rede de saúde. Não é incompetência. Em lojas pequenas, o lucro é a sonegação. O lucro é inferior ao tributo. Tem muita coisa no atacado para ser acertada antes, pode acreditar. Vamos pegar os impostos de capital e renda.



ALEX MARTINS: O senhor falou em limitar a máquina pública e deu o exemplo da área da educação. Se eu acabar com a secretaria municipal de Educação e a secretaria estadual de Educação, não tiro a autonomia do município? Porque um prefeito pensa nas políticas públicas do município dele, pensa nos municípios da sua cidade. Excluindo essas secretarias, não tiro a autonomia do prefeito?

SAMUEL HANAN: O meu pensamento é exatamente o inverso. Eu sou a favor do prefeito. Porque hoje não se dá aos prefeitos a

distribuição de receitas necessária. No bolo dos tributos, 58% fica com a União. E o que a União faz no teu município? O cidadão mora no município. E o cidadão não sabe nem o que é a União. Quando tem um problema, vai em cima do prefeito. Se não tem um professor na sala, se não tem o médico no hospital, se não tem remédio, é o prefeito. Excepcionalmente é o governador. Mas a União, nunca. Mais da metade do bolo tributário está com a União. Se a educação é do município, passa todo o dinheiro da educação para o município. Saúde é do Estado? É do Estado. Não tem por que ter três máquinas públicas para custear o mesmo serviço. E assim vai.

Por que a universidade pública está sucateada? Porque, através de um artifício perverso, doloso, driblaram o que está na Constituição, que diz ser obrigatório gastar na Educação 25% da receita dos impostos. Para a União é 18%. O que é que a União fez lá atrás? Criou contribuição, tipo PIS, Cofins, CPMF. Como contribuição não é imposto, os 18% que a União era obrigada a passar para a Educação não chegam a 9%.

Enfim, o Brasil é o país do faz de conta, é um espanto, a crise é maior e de todo tipo. Não estou tão otimista, não. O diagnóstico é de consenso, mas a terapia, na minha opinião, tem de ser feita no primeiro ano de governo, quando se tem legitimidade para fazer. Acho que nós, PSD, temos gente para fazer isso. Tem gente dentro desta casa para comandar esse processo.

Muito obrigado.

SÉRGIO RONDINO: Samuel, eu é que agradeço pela sua participação nesse encontro. E vou encerrar com uma frase que você trouxe, mas não citou. "O Brasil não precisa de um Estado grande porque é pobre. Ele é pobre justamente porque tem um Estado grande".

Muito obrigado a todos.

Presidente
Guilherme Afif

1º Vice-presidente
Vilmar Rocha

2º Vice-presidente
Diretor de Relações Internacionais
Alfredo Cotait Neto

Secretária
Alda Marco Antonio

Diretor Superintendente
João Francisco Aprá

Conselho Superior de Orientação

Presidente - Gilberto Kassab

Guilherme Afif

Henrique Meirelles

Omar Aziz

Raimundo Colombo

Otto Alencar

Claudio Lembo

Ricardo Patah

Vilmar Rocha

Guilherme Campos

Robinson Faria



Fundação para Estudos e Formação Política do PSD

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS - Coleção 2017 - "Brasil - O ajuste necessário"
 ESPAÇO DEMOCRÁTICO - Site: www.espacodemocratico.org.br Facebook: [EspacoDemocraticoPSD](https://www.facebook.com/EspacoDemocraticoPSD) Twitter: [@espdemocratico](https://twitter.com/espdemocratico)
 Coordenação - Scriptum Comunicação - Jornalista responsável - Sérgio Rondino (MTB 8367)
 Projeto Gráfico - BReeder Editora e Ass. de Com. Ltda - Marisa Villas Boas - Fotos - Scriptum, Fotos Públicas e Shutterstock



www.espacodemocratico.org.br